

---

# **ENTRE A MAJESTADE E O CAOS: história, cultura e cotidiano de uma área periférica da cidade do Rio de Janeiro**

Rosemere Maia  
ESS/UFRJ/ Pesquisadora da FAPERJ.  
rosemaia@terra.com.br

## **RESUMO**

Neste trabalho, pretendemos trazer à luz um pouco da História e do cotidiano dos moradores de uma área da Cidade do Rio que Janeiro - formada pelos bairros de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba - que, apesar da importância que teve nos períodos Colonial e Imperial, caracteriza-se, hoje, por um crescimento desordenado, pela presença de precária infra-estrutura urbana e de serviços. As demandas da população residente nestes bairros, suas relações comunitárias/vicinais, assim como sua cultura nem sempre são (re) conhecidas por moradores de outros espaços da cidade. O glamour que os bairros em foco tiveram outrora é, hoje, ofuscado pelos estereótipos e preconceitos construídos e consolidados ao longo de seu “recente” processo de urbanização (sobremaneira a partir de meados do século XX), estereótipos estes que se sustentam nos índices negativos que apresentam (pobreza, altas taxas de evasão escolar, desemprego/informalidade, violência, habitação precária, dentre tantos outros) – elementos estes que prevalecem na mídia, dão tom aos discursos de políticos e que, em alguma medida, acabam sendo reproduzidos pelos próprios moradores da área, consolidando estratificações entre eles.

**Palavras-chaves:** Cidade, Segregação, Identidade.

## **RÉSUMÉ**

Dans ce travail, nous prétendons mettre en lumière un peu de l’Histoire du quotidien des habitants d’un secteur de la Ville de Rio de Janeiro – autour des quartiers de Santa Cruz, de Patience et de Sepetiba - qui, malgré l’importance qu’il a eu dans les périodes Coloniale et Impériale- se caractérise, aujourd’hui, par une croissance désordonnée, par la présence de précaires infrastructures urbaines et de services. Les exigences de la population résidante dans ces quartiers, leurs relations communautaires et de voisinage, ainsi que leur culture ne sont pas toujours reconnues par les habitants d’autres espaces de la ville. Le côté séduisant que ces quartiers ont eu autrefois est, aujourd’hui, obscurci par les stéréotypes et les préjugés construits et consolidés au long du “récent” processus d’urbanisation (principalement à partir du milieu du XXème siècle). Ces stéréotypes -qui se vérifient par la présence d’indices négatifs (pauvreté, augmentation du taux d’échec scolaire, chômage/absence d’emploi formel, violence, habitation précaire,) – sont des éléments qui sont repris par les médias, dans les discours d’hommes politiques et qui, dans une certaine mesure, finissent par être reproduits par les habitants eux-mêmes, consolidant des inégalités entre eux

**Mots clés :** Ville, Ségrégation, Identité.

---

## **Introdução**

A ocupação da área onde hoje figuram os bairros de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba deu-se ainda no Brasil Colônia, tendo na lavoura canavieira sua principal atividade econômica. Neste período, lá estiveram presentes os jesuítas que, durante praticamente três séculos, compraram, receberam doações e trocaram terras.

Nos idos de 1700, a Fazenda Santa Cruz era a mais próspera da Capitania, sendo possuidora de um grande contingente de escravos, um enorme rebanho bovino e uma agricultura manejada com técnicas avançadas para o período. Além disto, foram também os jesuítas que construíram na região grandes e importantes edificações - hoje detentoras de um alto valor histórico.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, dos domínios de Portugal e de suas colônias, todo o patrimônio da Fazenda de Santa Cruz foi transferido para as mãos da Coroa, subordinando-se aos vice-reis. As terras amargaram um período de obsolescência/decadência, até passarem, já no início do século XIX (mais precisamente com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808), a uma situação de prosperidade. Isto porque foi este o local escolhido pelos nobres para atividades de veraneio, dadas as amenidades que apresentava. Assim, o antigo convento tornou-se o Palácio Real de Santa Cruz.

O retorno de D. João a Portugal não foi capaz, contudo, de estremecer o glamour detido pela região junto à Corte: tanto Pedro I, quanto Pedro II mantiveram estreitos laços com a referida área, despachando, promovendo bailes, saraus, construindo palacetes e outras obras de porte, como a primeira agência dos Correios do Brasil e o Matadouro Imperial. Este último, inaugurado em 1881, teve um papel fundamental no desenvolvimento local, à medida que contribuiu para a melhoria da infra-estrutura (Santa Cruz foi o primeiro bairro do subúrbio a receber luz elétrica, graças ao gerador do matadouro), para a proliferação de residências (inclusive vilas operárias destinadas a trabalhadores vindos de outras áreas) e de estabelecimentos comerciais.

A ligação ferroviária entre São Cristóvão e Santa Cruz, a partir de 1878, facilitava as idas e vindas da nobreza, naquele momento. Em 1884, a estrada de ferro foi estendida até o matadouro, favorecendo, igualmente, o escoamento da produção.

A importância e centralidade detidas por Santa Cruz durante os períodos Colonial e Imperial não se mantiveram, na mesma medida, com o advento da República, sobretudo nos primeiros anos. Somente a partir da década de 30 do século passado, voltou a atrair a atenção do governo (que empreendeu obras de melhoramento urbano, tendo em vista a valorização das terras e a recuperação do dinamismo econômico), bem como de migrantes. Estes últimos –principalmente de origem japonesa - lá se instalaram implementando novas técnicas agrícolas, permitindo o abastecimento de toda a Cidade do Rio de Janeiro. Assim, não somente Santa Cruz, mas os bairros do entorno - incluindo Paciência e Campo Grande -, tornaram-se o grande celeiro da Cidade, tendo como forte a produção de laranjas e de tomates.

Nessa mesma década (1936), foi inaugurado em Santa Cruz o Hangar do Zeppelin, o que voltou a conferir notoriedade ao bairro. Sua escolha para sediar tal equipamento deveu-se às boas condições climáticas, sobretudo em relação à velocidade e à direção dos ventos – daí, segundo depoimentos de moradores antigos do bairro, a origem da famosa máxima: “É lá onde o vento faz a curva!...” Um ano mais tarde, entretanto, o hangar foi desativado, em função do incêndio do Hindenburg. Hoje, lá está localizada a Base Aérea de Santa Cruz.

A partir da década de 40, principalmente após a inauguração da Avenida Brasil, em 1946, a região passou a receber novos moradores. A distância em relação ao Centro da Cidade fazia com que a Zona Oeste se apresentasse à grande parte dos cidadãos como última opção de moradia. Isto porque a expansão da Cidade em direção aos bairros suburbanos cortados pelas ferrovias e às áreas “rurais” assentava-se num processo bastante diferenciado daquele que caracterizava a ocupação da Zona Sul da Cidade. Sobretudo no subúrbio distante a população menos privilegiada era induzida a se instalar em loteamentos situados em áreas praticamente destituídas de infra-estrutura urbana.

Com uma atuação deliberadamente discriminatória sobre o espaço, empreendida pelo Estado autoritário, no pós-64, as áreas mais ricas foram alvos de uma atenção especial, recebendo prioridade no que tange a investimentos públicos (em termos de infra-estrutura urbana). Em contrapartida, os segmentos mais pobres não só foram preteridos pelas políticas públicas e pelos serviços urbanos, como voltaram a sofrer um processo de segregação induzida<sup>1</sup>, sobretudo em razão da “política de remoção de favelas”, política esta que repercutiu drasticamente no seu cotidiano. Neste período, surgem nestes bairros grandes conjuntos habitacionais, necessários para a alocação da população removida.

Além da erradicação de um estilo de vida (PERLMAN, 1977), tal política levou à consolidação de um novo modelo de urbanização na cidade, denominado pelos cientistas sociais de periferização. Este processo, mesmo já tendo sido observado durante os anos 30, e intensificado nos anos 50, ganhou, na década de 70, expressiva visibilidade. Neste momento, morar longe das áreas centrais deixou de ser uma opção, passando a ser para a classe trabalhadora uma necessidade. Para VALLADARES (1983), “a periferização pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço do processo de acumulação de capital e de suas conseqüências sobre o ‘habitat’ da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial em áreas cada vez mais longínquas dos ‘núcleos’ dos principais centros urbano-industriais do país”.

Os principais fatores que contribuíram para o processo de periferização são apontados como sendo: as condições salariais da classe trabalhadora, a expulsão direta dos núcleos por ação de programas de

remoção de favelas e renovação urbana, a expulsão indireta em decorrência da legislação e taxaço urbanas e, ainda, a especulação imobiliária. Por outro lado, a periferia oferece como fator de atração: a informalidade presente nas relações sociais entre loteadores, corretores e compradores, permitindo à classe trabalhadora fazer e desfazer contratos informais e solucionar problemas por re-laçoões face-a-face (VALLADARES, 1983).

MARQUES e BICHIR (apud SPOSITO, 2004), com base na análise da literatura sociológica dos anos 70 e 80, assim descrevem as periferias urbanas:

Estas representariam territórios sem Estado, quase totalmente intocados pelas políticas públicas, exceto pelos empreendimentos habitacionais massificados implantados a partir dos anos 1960, o que teria levado à o constituição de espaços de condições de vida bastante precárias. A ação pulverizada dos produtores privados e a inação do Estado teriam levado à construção de espaços metropolitanos caracterizados por um gradiente crescente de condições de vida, inserção no mercado de trabalho e acesso à renda de centro para as periferias.

A Zona Oeste, por contar com terrenos a preços acessíveis, em decorrência do parcelamento de grandes glebas (ocorrido entre 1963 e 1967), tornou-se uma área bastante procurada pelos segmentos mais pobres. Na década de 70, Santa Cruz passou a contar com uma Zona Industrial, acompanhando o processo de reestruturação urbana e de espraiamento da Cidade, o que também contribuiu para o crescimento populacional do bairro e de seu entorno, mas com precária infraestrutura. Empresas de porte buscaram esta área para instalação de indústrias, como a Latasa, Glassurit, Ecolab, a Casa da Moeda do Brasil, a COSIGUA (do Grupo Gerdau), a White Martins, a Valesul, a Usina Termoelétrica de Furnas, ocupando terrenos que, anteriormente, eram destinados à lavoura e à pecuária. A população do bairro, contudo, foi pouco beneficiada por este processo, sobretudo em razão do fato destas empresas exigirem mão-de-obra qualificada, em descompasso com o perfil dos moradores. Daí ser ainda comum a circulação, pelo bairro, de “linhas de ônibus”, mantidas por estas indústrias, responsáveis pelo transporte de funcionários oriundos de outras localidades.

Com a chegada dos anos 80, para muitos a “década perdida”, a segregação sócio-espacial na Cidade acabaria por se consolidar. Com a degradação do poder de compra dos segmentos populares, constata-se um novo pico de favelização no Rio de Janeiro, tendo como cenários principais a Zona Oeste, a Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Segundo FRIDMAN (1994), as 136 favelas surgidas neste momento acabariam por localizar-se “em áreas non aedificandi, destinadas a praças, afastamentos em torno dos rios, etc [tendo as invasões de terrenos tornado-se] outro recurso de habitação popular, [bem como] os loteamentos irregulares e clandestinos, localizados, principalmente na Zona Oeste”. Esta mesma autora sugere que, nesta década, deu-se “uma redefinição espacial da pobreza e da moradia”.

Fica evidente, a partir dos elementos até então apresentados, que a Zona Oeste da Cidade de Rio de Janeiro – especialmente os bairros mencionados – é uma área que, no contexto carioca tem, ao longo dos anos, constituído-se em paradigmática para a compreensão de processos de segregação induzida, da negligência do Poder Público em relação às demandas de seus moradores.

Santa Cruz, Paciência e Sepetiba ocupam uma área de 164,05Km<sup>2</sup>, contando, em 2000 (segundo dados do Censo), com uma população residente de 311.289 moradores - muito mais do que centenas de cidades do próprio Estado do Rio, ou mesmo de outros estados do Brasil. Destes, mais de 10% (39.202) residem em “aglomerados subnormais” (favelas). Em 2000, a média salarial de seus moradores era de R\$ 212,21 (quando o valor do salário mínimo era de R\$150,00), o que corresponderia a pouco mais de 14% dos rendimentos médios daqueles residentes na Lagoa ou na Barra da Tijuca, que giravam em torno de R\$ 1.400,00. Há um contingente expressivo de desempregados, trabalhadores informais, estando a grande maioria inserida no setor de serviços.

Constata-se déficit em termos de abastecimento de água e esgotamento sanitário (em Sepetiba, por exemplo, apenas 26% das residências possuem esgoto), bem como de pavimentação de ruas. Houve, a partir da década de 90, uma melhora significativa em termos de serviços, com o crescimento do número de escolas e surgimento de cursos universitários (privados, aos quais a maioria da população local, infelizmente, não tem acesso), ampliação dos serviços de saúde (rede primária) e de lazer (construção de

vila olímpica, lona cultural e Cidade das Crianças, do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro). Isto, contudo, ainda se mostra insuficiente em relação às demandas e expectativas da população local.

No que se refere aos transportes, também constatamos um aumento das linhas de ônibus que ligam os bairros ao Centro e à Barra da Tijuca (ainda importantes referências no que se refere aos postos de trabalho), melhoria nos trens urbanos, mas o que mais chama à atenção é a importância assumida pelo transporte alternativo na região. São as vans e kombis que conduzem a maioria dos moradores das favelas e conjuntos habitacionais existentes na área, onde inexistente transporte formal nas proximidades.

Acompanhando a tendência observada em outros espaços da Cidade, muitas favelas foram urbanizadas dentro do chamado Programa Favela-Bairro, novos conjuntos habitacionais foram construídos, levando a um aumento importante do contingente populacional, mas as intervenções urbanas realizadas na área não foram capazes de promover melhorias significativas no cotidiano dos moradores. A XIX RA continua contando com um dos IDH mais baixos da Cidade.

Problemas ambientais também estão presentes na região. O Rio Guandu (o principal no que se refere ao abastecimento do Rio de Janeiro) corta a região e vem sofrendo com a poluição crescente, em função do despejo de rejeitos industriais, lixo residencial e outros agentes poluentes. Da mesma forma, Sepetiba - bairro que, por muito tempo, teve na pesca sua principal atividade econômica-, vivencia a degradação de suas praias, sobretudo a partir da construção do Porto de Sepetiba. Isto contribuiu para o afastamento da população flutuante, composta por moradores de outros locais (da cidade e de fora dela, como da Baixada Fluminense) que buscavam no bairro as amenidades que oferecia.

Paciência presencia a ocupação irregular de seus morros, acarretando desmatamento. Além disto, desde 2005, uma polêmica colocou o bairro no cerne do debate ambiental – trata-se da construção de um aterro sanitário numa área de 3,5 milhões de metros quadrados. Várias audiências públicas foram realizadas e não houve consenso entre representantes da Prefeitura do Rio, Governo do Estado, técnicos, ambientalistas e moradores e, pelo menos por ora, as obras foram suspensas.

A polêmica mais recente na área, contudo, refere-se à implantação da CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico) em Santa Cruz, próximo ao conjunto do Guandu, prevista para 2008, e os danos ambientais que ela pode vir a provocar: poluição do ar, sonora, dos rios, etc. A população local, sobretudo a residente no entorno próximo, mostra-se amedrontada diante destes riscos e não tem como conforto sequer a possibilidade de geração de postos de trabalho para os moradores da região, pois as iniciativas pretéritas - diga-se, de empresas que lá se instalaram antes -, servem para confirmar que a população se manteve, em sua maioria, alijada desta possibilidade.

A violência é um outro problema a afligir a população da região, sobretudo os moradores dos conjuntos habitacionais e favelas, que, não raras vezes, tornam-se reféns de traficantes ou da milícia e alvos da arbitrariedade da polícia, que reverte um preceito jurídico básico e trata os segmentos mais pobres como culpados, bandidos, até que se prove o contrário (quando tal direito lhes é dado, é claro!), reforçando a histórica e ainda não superada “criminalização da pobreza”.

Apesar de tantas dificuldades, tamanha precariedade, há, entre os moradores, uma vida comunitária, a vivência da rua enquanto locus de sociabilidade, uma solidariedade vicinal. Ainda se pode observar a brincadeira na rua, a conversa de portão, o papo de bar, a compra fiado no armazém, as festas comunitárias, os grupos de Clóvis, as quadrilhas juninas, as quermesses e procissões, as excursões para praias mais distantes ou para um santuário - valores e práticas não muito estimulados e vividos em outros espaços da Cidade. Elementos tão presentes no cotidiano destas pessoas que mereceriam ganhar visibilidade, dar-se a conhecer, já que a Cidade não se restringe ao Centro, tampouco vai somente do “Leme ao Pontal”. A Cidade se estende para além dos limites que muitos de nós podemos ver e é prenhe de significados, contradições e demandas que precisam ser reconhecidos nos seus diferentes matizes.

### ***Olhando Para o Seu Próprio Umbigo... A Fala dos Moradores...***

Objetivando conhecer melhor o que os moradores pensam sobre o bairro/região em que moram, entrevistamos 119 pessoas, entre os meses de março e maio, abordando-as em instituições públicas da



Região, como a XIX RA e a Subprefeitura, no interior do único shopping center existente na área, freqüentado por moradores de Santa Cruz e de bairros adjacentes, bem como nas ruas dos próprios bairros tratados.

Dentre os entrevistados, 37 eram moradores de Santa Cruz, 39 de Paciência e 43 de Sepetiba. A maioria possuía mais de 20 anos de idade e morava no bairro há, pelo menos 5 anos, havendo muitos que se diziam “nascidos e criados no local”. Todos os entrevistados afirmaram residir em casas de alvenaria, sendo predominante o número de moradores em loteamentos (48%), bem como de conjuntos habitacionais (25%). Poucos (apenas 3% dos depoentes afirmaram residir em favelas) e 21% ou não explicitaram sua forma de moradia ou afirmaram residir em “bairro comum”.

Tanto os conjuntos habitacionais, quanto os loteamentos podem ser vistos como característicos a essa região da Cidade, pois permitem à população a resolução do problema da moradia, que para amplos segmentos da classe média ainda permanece enquanto um dilema insolúvel. O “sonho da casa própria”, assim, mostra-se como acalentado por todos os segmentos/classes sociais, sendo que, em se tratando dos segmentos mais pobres, tal projeto é permeado por várias razões, inclusive de ordem instrumental (“capitalização ao alcance do trabalhador” e segurança, em caso de desemprego). Além disso, num contexto capitalista, “ser proprietário é um valor em si mesmo. Neste sentido, a casa representa parte da realização de um projeto de ascensão social: ser proprietário, estar no que é seu, não depender de aluguel; significa uma integração mais efetiva à cidade, e é uma das marcas de que se conseguiu melhorar” (CALDEIRA, 1984). A concretização deste projeto junto à população empobrecida dá-se graças ao binômio loteamento-autoconstrução e é através desta associação que, ainda segundo a autora, “se pode compreender o fenômeno “periferia” e descrever a uniformidade da paisagem dos bairros que a formam.”

Vale frisar, contudo, que muitos loteamentos surgem de forma irregular, sendo comum a ocupação de terrenos por posse, o que acaba por dificultar o acesso a determinados serviços de infra-estrutura urbana. Além disto, as casas são, não raras vezes, construídas aos pouquinhos, com material ordinário, sem muito planejamento. Este quadro, em certa medida, não chega a promover uma distinção significativa entre os loteamentos populares e as favelas - o que produz situações de estigma e preconceito também em relação a algumas destas áreas.

Além das casas erigidas via processo de autoconstrução nos referidos loteamentos, não podemos negar a importância, como já mencionamos, que possuem os conjuntos habitacionais na paisagem desses bairros, muitos deles surgidos como “alternativas” às favelas e/ou moradias populares situadas em áreas de risco, apresentando-se, quase sempre, compulsoriamente aos segmentos mais pobres. A transferência para um conjunto habitacional, contudo, não interfere positivamente na sua auto-estima. Isto porque a alternativa que lhes é colocada não só não consegue promover uma melhoria de suas condições de vida - já que, em geral, os conjuntos são construídos em áreas distantes dos postos de trabalho, desprovidas de infra-estrutura urbana -, como também não é capaz de romper com a pecha de favelados. Esta parece ser algo a lhes acompanhar, associando-se a outros estereótipos, como o de potencialmente perigosos.

Mesmo não havendo uma diferenciação significativa em termos sócio-econômicos entre os moradores dos loteamentos (ou “bairros comuns”, como alguns preferem dizer) e os moradores dos conjuntos habitacionais; os moradores mais antigos (que se auto-intitulam “tradicionais”) e os recém-chegados ou “removidos” constatamos o estabelecimento de “hierarquias”, de “gradações” entre eles, a exemplo do que nos é demonstrado por ELIAS e SCOTSON (2000).

Assim como no estudo realizado pelos autores supracitados, o que marca a “diferença” entre os moradores não são elementos relacionados à classe social, raça ou etnia, por exemplo, mas parece ser o do tempo de residência, da identidade com o lugar (inclusive com aquele deixado para trás) e os estigmas que envolvem determinadas áreas da cidade. Neste sentido o conjunto habitacional transforma-se, no imaginário daqueles que não conhecem sua dinâmica interna, em área de risco, em território do mal.

Esse quadro é ainda pior quando a população destas áreas transforma-se em alvo da ação ostensiva do tráfico e, mais recentemente, das milícias urbanas. A favela, aos olhos dos segmentos mais abastados (e mesmo entre o pobre que nunca passou pela experiência de “ser favelado”) acaba transformada em “modo de vida” e, assim, tornada passível de incorporação pelos sujeitos sociais - “uma vez favelados,

sempre favelados”-, deixando claro que há um sem número de elementos simbólicos agindo nesta qualificação. Daí a resistência daqueles que residem em conjuntos habitacionais de referirem-se explicitamente a eles enquanto locais de moradia. Neste sentido, consideramos exemplar a análise de WACQUANT (2005) em relação à “realidade e à força do estigma territorial imposto aos novos párias urbanos”.

Acompanhando a tendência observada na Cidade, os entrevistados e seus familiares trabalham, em sua maioria, no comércio (35%) e outros serviços vinculados a esse setor (também 35%), além de inserirem-se em atividades vinculadas ao funcionalismo público (11% educação e saúde, principalmente). “Na metrópole dos serviços, a indústria absorve cada vez menos trabalhadores, e cada vez mais os mais especializados. Os serviços estão presentes em toda área urbanizada mais consolidada” (VERAS, 2001). Apenas 11% afirmaram desenvolver algum tipo de atividade rural.

Outra questão importante é que as empresas localizadas no distrito industrial de Santa Cruz não incorporam, como já foi mencionado, a população local nos postos de trabalho que exigem maior especialização. A construção civil, dentre as atividades industriais, torna-se, assim, a maior empregadora de pessoas com baixa qualificação, pouca escolaridade, pagando baixos salários e estabelecendo com seus trabalhadores contratos precários, temporários, levando-os a constantes situações de desemprego ou de ingresso na informalidade. Ainda que um número expressivo dos entrevistados tenha demonstrado possuir o Ensino Médio Completo, sabemos que ele não é, por si, suficiente para garantir o acesso a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, seletivo.

Houve o predomínio de menções ao “trabalho com carteira assinada”, mas também foi significativa a referência à figura da pensionista ou do aposentado no contexto familiar de nossos entrevistados e, o que é mais importante, como únicos membros a disporem de uma fonte de renda. Além de demonstrar que, de fato, a população carioca está apresentando uma maior expectativa de vida, vale à pena ressaltar o fato de, em muitos domicílios, ser o rendimento do aposentado, pensionista ou beneficiário do BPC<sup>2</sup> o responsável pela reprodução do núcleo familiar.

Indagados sobre se gostam, ou não, do bairro em que moram, a quase totalidade respondeu positivamente (88), houve apenas 6 (seis) respostas negativas e 22 (vinte e dois) afirmaram morar nele por falta de opção. Mais que uma realidade objetiva, definida por decretos ou leis, ou mesmo pela presença ou ausência de determinados equipamentos e serviços, o bairro parece ser, para cada um desses moradores, uma realidade subjetiva/intersubjetiva, a exemplo do que nos sugere SOUZA (1989), e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma a outra ao longo do processo histórico”. Neste sentido, a existência do bairro, para além de limites precisos, pressupõe identidade, ou seja, a capacidade detida por cada morador de “entrar no bairro e diferenciá-lo dos demais.”

A implicação e a identidade que os moradores parecem ter com o bairro em que moram os levam a responder, também de forma bastante expressiva, que não gostariam de mudar (27) ou, quando muito, mudariam para bairros do entorno próximo, situados na própria região administrativa em que se encontram, ou na região vizinha. Neste caso, o bairro mais mencionado foi Campo Grande, por ser aquele que possui, na Zona Oeste, uma centralidade, congregando comércio e serviços mais diversificados, melhor infra-estrutura urbana e um menor estigma quando o assunto é violência.

Esses dados podem nos levar a pensar em duas hipóteses: primeira, que o fato de não mencionarem o desejo de mudança para o Centro ou Zona Sul da Cidade, ou mesmo a Barra da Tijuca (tendo em vista o fato de muitos dos postos de trabalho ocupados pelos moradores da região estarem lá concentrados) deva-se ao reconhecimento de que, de fato, isto seria impossível, tendo em vista sua realidade sócio-econômica. Para aqueles que conseguiram resolver, tijolo a tijolo, o problema da habitação, não seria muito fácil recomeçar. Outra possibilidade - e esta também não pode ser descartada, já que tem relação direta com a idéia do bairro como realidade subjetiva/intersubjetiva - refere-se à solidariedade vicinal, que a maioria afirma possuir, elemento este que parece ter se perdido em muitas outras áreas da Cidade.

Indagados sobre o nível de relação estabelecida com seus vizinhos, grande parte afirmou ser de próxima a muito próxima. Ainda que a violência se apresente, por vezes, na sua face mais cruel, sujeitando os moradores destas áreas empobrecidas ao jugo de traficantes e às ações truculentas da polícia, ainda

assim preza-se o contato com o outro, apontando, de certo modo, para um relativo anacronismo em relação à tendência à “privatização da vida”, mencionada por SENNETT (1998).

Dentre as mudanças observadas no bairro, ao longo dos últimos anos, nossos informantes mencionaram, primeiramente, aquelas referentes à infraestrutura urbana (saneamento, iluminação, pavimentação). Quanto aos serviços (saúde, educação, transportes, comércio, etc), muitos até vêem uma melhoria (ou desenvolvimento) em termos quantitativos, mas não qualitativos, já que a população ainda sofre com hospitais e postos de saúde mal equipados, rede pública de ensino de baixa qualidade, falta de ônibus (apesar da proliferação dos transportes informais), comércio pouco diversificado, falta de instituições bancárias, dentre outras.

Em relação às respostas proferidas pelos moradores de Sepetiba, constatamos uma peculiaridade: a maioria referiu-se à necessidade de investimentos em saneamento, aliadas a iniciativas que se voltem para a despoluição da praia de Sepetiba, uma referência fundamental para eles – o símbolo do bairro (assunto ao qual voltaremos mais adiante).

Opções de lazer, por sua vez, são escassas na região. Os equipamentos urbanos em pouco contribuem para a satisfação desta necessidade e não há efetivo interesse por parte do Poder Público para a reversão deste quadro. A Lona Cultural existente em Santa Cruz foi fncada num conjunto habitacional e, por força de uma gama de estereótipos que passaram a envolver o lugar - tendo em vista a presença, durante muito tempo, do tráfico de drogas-, os moradores de outras áreas não a freqüentam. A Cidade das Crianças – um mega empreendimento realizado pela Prefeitura do Rio, está incrustada numa área distante do Centro de Santa Cruz, o que dificulta o acesso da população residente ao referido espaço de lazer. As poucas praças existentes nos bairros são mal equipadas ou mal conservadas. Neste sentido, afirma ZALUAR (1994), “impedir alguém ou uma classe de pessoas a dispor do lazer é impedir que percorra os caminhos da aquisição da cultura e da sabedoria, e também do prazer em criar, do gosto pelo que é gratuito e desinteressado.”

A violência urbana foi também mencionada enquanto um problema crescente. Ela, sem dúvida, tem sido determinante na paulatina alteração de muitos de seus hábitos cotidianos e na afirmação do “imaginário do medo”, materializado na criação de algumas estratégias de confinamento e evitação. As saídas encontradas acabam afetando tanto sua forma de experimentação e vivência do espaço público, como também já vêm alterando, em alguma medida, suas relações comunitárias e de vizinhança. Para a população local, talvez ela seja o problema a exigir, hoje, uma resposta mais urgente por parte dos governantes e da população, já que atinge todos os cidadãos, sobretudo os moradores das áreas periféricas, que não dispõem dos mesmos meios de proteção que os segmentos mais abastados. Para os segmentos menos privilegiados, ainda se coloca o fato de, em muitos casos, ser a violência e a criminalidade (por vezes sozinhas, em outros, associadas à pobreza) fenômenos amplamente difundidos pela mídia como característicos aos bairros periféricos e das favelas – “É aquilo que aparece nos jornais sobre o bairro!” - “Só existimos nas reportagens policiais”, afirmaram alguns dos moradores.

Constatamos, no contexto urbano, mais e mais, uma apreensão do mundo vivido, das atividades sociais através das imagens que os representam, levando a uma autonomização destas imagens. Em relação à violência, isto tem sido a tônica, o que não significa dizer que ela não exista, de fato, ou, em outros termos, que seja apenas uma imagem. Contudo, o que vemos é sua crescente espetacularização e, em certa medida, mistificação. É o mundo real transformado, a exemplo do que é demonstrado por DÉBORD (1997) em simples imagens, tornando-as “seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico”.

Tratando especificamente sobre a televisão, SARLO (2000, 66) apresenta-nos o show como o estilo televisivo padrão, pairando, enquanto tal, sobre todas as demais matrizes estilísticas. E é assim, enquanto show, que a cidade surge na tela. Num ritmo acelerado, os telejornais informam, ao vivo, sobre os principais acontecimentos locais, nacionais, globais; as novelas põem em evidência determinadas áreas e personagens citadinos, muitas vezes de forma caricata ou estereotipada; as propagandas constroem padrões de consumo urbanos; os fatos políticos transmutam-se em seriados, em casos, como se novelas

também fossem - a atuação política teatralizada, conforme nos diria CANCLINI (1995) A violência, a pobreza, a corrupção tornam-se enredos das tramas urbanas.

Assim, os cidadãos, de modo geral, passam a estabelecer com a cidade uma relação paradoxal, ora a vendo e vivenciando como uma grande estranha, ora encarando-a e experimentando-a como uma velha conhecida. De qualquer modo, apreendem-na, em grande medida, de forma espetacular. Sob alguns aspectos, esta contradição é ainda mais freqüente, como ao falarem sobre os lugares de memória, sobre a cultura e o patrimônio, sobre a violência, sobre a política e os políticos, sobre os processos de segregação. E já que, conforme mencionara Chico Buarque, “lá não figura no mapa/ no avesso da montanha, é labirinto/ é contra-senha, é cara a tapa”, vale ressaltar, aqui, a visão dos moradores em relação ao lugar do bairro na cidade, aos limites da própria cidade. Neste sentido, perguntamos a eles onde começa e onde termina a cidade...

O Centro da Cidade apareceu com uma freqüência significativa como o início da Cidade, talvez em função do reconhecimento do processo histórico de urbanização do Rio de Janeiro - iniciado, justamente, naquela região. Mas foi relevante, outrossim, o fato de um grande número de entrevistados referir-se a bairros da Zona Sul como ocupantes desta posição. Nestes, as políticas urbanas e sociais chegariam primeiro, bem como seriam eles os fiéis representantes da Cidade para fora dela, congregando seus principais símbolos (o que discutiremos mais adiante).

Chamou-nos à atenção, entretanto, o fato de vários informantes terem mencionado Santa Cruz como o início da Cidade, demonstrando uma total transgressão/inversão em relação ao que, nas falas de moradores de outras áreas (conforme pudemos comprovar em pesquisa anterior, realizada com moradores do Centro e de Copacabana), costuma ser recorrente: “Santa Cruz é o fim do mundo”, “é o lugar onde Judas perdeu as botas”, “é lá onde o vento faz a curva”. Para muitos, inclusive, tal bairro sequer foi considerado como pertencente à Cidade, demonstrando uma visão auto-centrada, voltada para o seu próprio umbigo, como se o Rio autêntico se estendesse do Centro à Zona Sul.

Ainda que esta tentativa de transgressão ao *estabelecido* possa ser notada, não há como desconsiderarmos o fato de a grande maioria dos entrevistados compactuar com máximas como as apresentadas acima, considerando Santa Cruz e Sepetiba como “o fim da Cidade”, levando-nos a concluir que ser “o fim do mundo”, “não constar no mapa”, ser “o lugar onde o vento faz a curva” ou “onde Judas perdeu as botas” são expressões que possuem o mesmo valor que ser um bairro negligenciado pelas políticas urbanas, ser uma área segregada no espaço citadino, ser o “fim da linha”, inclusive quando tomamos como referências as duas principais vias de acesso ao bairro (a estrada de ferro – onde a estação considerada inicial é a Central do Brasil, sendo Santa Cruz a última; a e a Avenida Brasil – cujo marco inicial encontra-se no Caju e o final naquele mesmo bairro).

Perguntados, ainda, sobre os principais símbolos da Cidade, os informantes, em sua maioria, referiram-se a monumentos ou a lugares que, de certo modo, traduzem a alma do Rio e dos cariocas - a beleza, a cultura, o cosmopolitismo - principalmente o Cristo Redentor e as praias (sobretudo Copacabana). Estes seriam, assim, os mais legítimos patrimônios do Rio de Janeiro, não só pela importância e o sentimento de orgulho e pertencimento<sup>3</sup> que despertam entre os cidadãos, mas, sobretudo, pelo fato de terem se tornado marcas da Cidade, sendo reconhecidos inclusive internacionalmente - ainda que, em muitos casos, não sejam sequer visitados por ampla maioria de seus moradores. Neste sentido, são espectadores, no sentido que nos é apresentado por DEBORD (1997).

De certo modo vêm-se representados por tais monumentos e lugares não pelo valor, em si, que possuem, tampouco por fazerem parte do seu cotidiano. Talvez o que importe, ao fazerem tal escolha, é que tais símbolos expressam o jeito carioca de ser: a hospitalidade, a simpatia e a alegria – manifestadas nos braços abertos do Cristo; a modernidade, a pluralidade, a diversidade e a sensualidade – visíveis nas praias, especialmente em Copacabana.

É interessante notar que, mais que simples referências espaciais, os lugares e monumentos que, segundo os entrevistados, se constituiriam em principais símbolos da cidade – e dos próprios cariocas – seriam, assim, “objetos sinais” (Palumbo, apud BIASE, 2001), servindo, segundo BIASE (2001), à modelagem do tempo, da memória, da história e da identidade. Para a autora, “esses lugares da memória nos fala não somente no passado mas, ainda mais, eles justificam e confirmam o tempo presente.”



Indagados, contudo, sobre o principal símbolo do bairro, muitos afirmaram não conhecer/ não possuir. Mesmo entre os moradores de Santa Cruz, bairro que contém vários marcos e construções de alto valor patrimonial e histórico, pouco se fez referência a eles. Ao contrário do que ocorre em outras áreas da Cidade - sobretudo na área central - nos bairros referidos o resgate, atualização e preservação do patrimônio através das pedras, monumentos e símbolos não tem aparecido como elemento discursivo, tampouco como orientador de ações e representações de técnicos, políticos e mesmo da população local.

Monumentos lá existentes, como a Ponte dos Jesuítas, a Fonte Wallace, o prédio que sediou o matadouro imperial e que vem, de forma precária, abrigando um “Centro Cultural” continuam sem merecer a atenção da população. Recentemente - e, talvez, de olho no que a comemoração dos 200 anos da Chegada da Família Real pode render em termos de marketing para a Cidade- a Prefeitura resolveu restaurar a antiga sede do matadouro imperial e iniciou as obras de recuperação da Ponte dos Jesuítas. O fato do Poder Público assim se posicionar indica que os investimentos em patrimônio são realizados à medida que se estejam adequados aos projetos de requalificação urbana em voga na contemporaneidade, onde a importância de se recuperar, preservar, visitar, atualizar o passado e valorizar elementos da cultura local está diretamente vinculada não somente ao reconhecimento da relevância histórica e/ou cultural de determinados monumentos, símbolos ou práticas para a população de uma dada localidade, cidade ou país, mas, sobretudo, pelas “necesidades de representación de la nueva economía y las demandas de consumo diferenciado de los nuevos sectores medio-altos, para quienes el patrimonio urbano rehabilitado reúne suficientes marcas distintivas capaces de aportar un plusvalor, tanto económico como de prestigio” (SEOANE 2001, 148-9)

Vale ressaltar que percebemos, especialmente entre os moradores de Sepetiba, um sentimento nostálgico em relação à importância detida pelo bairro até algumas décadas – quando era um balneário bastante procurado em função não só das amenidades, mas, outrossim, pela crença de que a lama existente em suas praias detivesse um poder medicinal. Era também “da praia” que vivia grande parte da população local e era em torno dela que teciam suas redes sociais, comemoravam a passagem do ano, fazendo oferendas a Iemanjá. Sobressai, nos discursos dos moradores, uma visão saudosista em relação a um “passado que não volta mais”, visão esta em plena sintonia com aquilo a que ANICO (2005) denomina “indústria da nostalgia”. Tal indústria apresenta o passado também espetacularizado, permeado por todo um glamour e, em alguma medida, congelado nas fotografias de época, nas canções, nos filmes e seriados de TV.

### **Considerações Finais**

O que pudemos depreender, a partir das reflexões aqui realizadas, é que, de fato, as políticas urbanas contemporâneas têm se concentrado em áreas e setores capazes de tornar a cidade “vendável”, o que não significa reduzir as iniquidades nela presentes. Projetos de renovação urbana, obras infra-estruturais, investimentos em marketing, no setor de turismo têm sido a tônica de muitas medidas implementadas no contexto atual, através da associação entre o Governo Local e Empreendedores Privados, destinando-se a áreas privilegiadas e discriminando/segregando ainda mais os moradores das áreas periféricas, independentemente da importância detida por seus bairros num outro tempo ou contexto histórico.

Constatamos, igualmente, que marcos e monumentos históricos não falam por si, tampouco são capazes de despertar nos cidadãos qualquer relação identitária a não ser que sejam a todo momento ressignificados e incorporados ao cotidiano dos moradores, contando a sua história. Caso contrário, permanecem congelados num passado remoto.

Além de evidentes descompassos no que se refere à forma, à espacialidade, aos equipamentos e serviços que congrega (cuja distribuição, em seu contexto, dá-se de forma claramente desigual), a Cidade também perde em conteúdo em função dos processos de segregação sócio-política e espacial aprofundados cotidianamente, já que as relações estabelecidas entre os diferentes atores são, igualmente, impactadas. Tornada estranha, “guetificada”, não experimentada em sua plenitude, a cidade deixa, assim, de promover

relações sociais e políticas mais amplas, levando seus moradores a perderem, inclusive, a consciência urbana.

### **Bibliografia**

AMORIM, Érica e BLANCO, Maurício. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPP, 2003.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**. Ano 11, nº 23. Porto Alegre, jan/jun 2005. p. 71-86.

BIASE, Alessia de. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 173-188, dezembro de 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros** - o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização**, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

DÉBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRIDMAN, Fania. (1994) Propriedade fundiária, habitação e processo de urbanização no Rio de Janeiro. **Cadernos do IPPUR/ UFRJ**. Rio de Janeiro: IPPUR, ano VIII, nº 213, set/dez 1994. p. 79-93.

MAIA, Rosemere. Políticas Urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social em busca de competitividade no “mercado mundial” de cidades. In GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (org). **Cidade, transformações no mundo e políticas públicas**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. **Shopping center- o afrouxamento da promessa de assepsia e o lugar da pobreza nos templos de consumo das cidades contemporâneas**. Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ. 2002 (Tese/ Doutorado).

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade** - favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SANCHEZ, Fernanda. Cidades reinventadas para um mercado mundial: estratégias trans-escalares nas políticas urbanas. **Anais do IX ENANPUR**, Rio de Janeiro, ANPUR/IPUUR/UFRJ, 2001.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEOANE, Maria Luisa Lourés. (2001) Del concepto de “monumento histórico” al de patrimonio cultural. **Ciencias Sociales**, vol 1, nº 94. Costa Rica, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de uma abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia** 51 (2). Rio de Janeiro, abr-jun. ,1989.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano** - um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil Atual**. São Paulo, Ática, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geograficas**, agosto, nº 54, UNAM, DF, México, 2004.

TORRES et alli . Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados** 17 (47), 2003.

TORRES, Lilian de Lucca. Programa de paulista: lazer no Bexiga e na Avenida Paulista com a Rua da Consolação. In Magnani, J.G.C. e Torres, L. L. (org.). **Na Metrópole**. São Paulo, Editora da USP, FAPESP, 1996.

VALLADARES, Lícia Prado. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia Prado (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

---

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Tempo e espaço na metrópole - breves reflexões sobre assincronias urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, 15(1), 2001.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade**. um estudo sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2005.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo, Escuta, 1994.

Sites Consultados:

<http://www.quarteirao.com.br>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa\\_Cruz\\_\(bairro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_(bairro))

Trabalho enviado em junho de 2008

Trabalho aceito em setembro de 2008